

DECRETO Nº 2.487/2007

Súmula: Institui Comissão de Trabalho com o objetivo de atender ao disposto na Lei Municipal nº 2.683/2006, de 18 de outubro de 2006, e na Lei Estadual nº 15.464, de 31 de janeiro de 2007.

José Fernandes da Silva, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, inclusive das que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.683/2006, de 18/10/2006, onde fica autorizado o Poder Executivo Municipal a promover a cessão ao Estado do Paraná de seus servidores estatutários e funcionários celetistas que prestam serviços na FFALM, e

considerando o disposto na Lei Estadual nº 15.464, de 31 de janeiro de 2007, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná a promover os atos necessários a efetivar a estadualização da Fundação Faculdades Luiz Meneghel – FFALM,

considerando, ainda, o contido nas Leis Estaduais nºs 11.713, de 07/05/97, alterada pelas Leis Estaduais nº 14.269, de 23 de dezembro de 2003; nº 14.825, de 12 de setembro de 2005 e nº 15.050, de 12 de abril de 2006, que refere-se à Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná e à Carreira Técnica Universitária (Agente Universitários) das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES.

DECRETA

Art. 1º - Fica instituída a Comissão de Trabalho que tem como objetivo atender o contido na Lei Municipal nº 2.683, de 18 de outubro de 2006, em consonância com ao disposto na Lei Estadual nº 15.464, de 31 de janeiro de 2007, no que diz respeito à equiparação das carreiras visando o enquadramento dos servidores/funcionários da Faculdade Estadual Luiz Meneghel (FALM).

Art. 2º - A Comissão de Trabalho será composta pelos seguintes membros: **MARCELO GUSMÃO**, RG nº 5.113.896-1 (Município de Bandeirantes(PR); **SILMARA CRISTINA SARTORI**, RG 3.124.913-9; **JACIR CARDOSO DA CRUZ**, RG 4.004.970-3 (SETI); **ADILSON AGUIAR**, RG 4.003.313-0(SEAP); e **HAMILTON DONIZETE AUGUSTO**, RG 3.222.437-7 (FALM).

Art. 3º - As atividades da Comissão de Trabalho deverão ser concluídas no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Decreto, podendo ser prorrogado se houver necessidade, por igual período, devendo, ao final, apresentar Relatório a ser submetido à apreciação prévia das Secretárias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e da Administração e da Previdência (SEAP).

§ 1º - O Relatório da Comissão, após apreciação pelas Secretárias de Estado, conforme determinado no caput deste artigo, será encaminhado ao Chefe do Poder Executivo Municipal de Bandeirantes(PR), que expedirá ato próprio de homologação de enquadramento dos serviços daquela Faculdade;

§ 2º - O enquadramento deverá ser submetido à anuência dos servidores para manifestarem-se formalmente quanto à sua concordância com o enquadramento/equiparação e assinatura de Termo de Adesão, dentro do prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da publicação da homologação;

§ 3º - Após a homologação e anuência expressa do servidor/funcionário da FALM, o processo deverá retornar à Comissão de Trabalho para:

I – expedição do Certificado de conclusão relativo ao preenchimento das condições necessárias de adaptação e atendimento das exigências legais, e

II – encaminhamento de Relação atualizada dos servidores/funcionários:

- a) ao chefe do Poder Executivo Municipal de Bandeirantes(PR) para a expedição de ato próprio de enquadramento dos servidores e para efeito de registro;
- b) às Secretárias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e da Administração e da Previdência (SEAP), para conhecimento e demais providências.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 04 de maio de 2007.

José Fernandes da Silva
Prefeito Municipal